

# O Monatran

JORNAL DO MONATRAN - MOVIMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO - FLORIANÓPOLIS/SC - NOVEMBRO DE 2016 - ANO 7 - Nº 83

## MOTO PELA VIDA



Grupo de Trabalho BR-101 do Futuro, liderado pela Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), lançou no dia 29 de outubro a Campanha MOTO PELA VIDA. O objetivo é chamar a atenção para a necessidade de reduzir o número de acidentes com motocicletas em Santa Catarina. (Pág. 8)

**Unidade Móvel da GMF amplia operações na temporada**

Página 7

**ONSV discute Educação para o Trânsito com o MEC**

Páginas 9

**Pesquisa CNT aponta 58,2% das rodovias com problemas**

Páginas 13

**Monumento na BR-470 para homenagear vítimas do trânsito**

Página 16



**SE BEBER NÃO DIRIJA.**



## EDITORIAL

# Pra lembrar todo dia

No último dia 20, terceiro domingo de novembro, foi celebrado o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito. Instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), o objetivo da data é fazer com que a sociedade pare, pelo menos um dia por ano, para uma reflexão sobre os inúmeros problemas do trânsito, em todo o mundo, e ajude a pensar as possíveis soluções para se evitar novas vítimas de acidentes.

Este também é um dia para confortar quem já sofreu, e talvez sofra para sempre, as consequências materiais, sociais e principalmente emocionais com a perda de amigos e parentes no trânsito.

O trânsito é hoje uma das três principais causas de morte entre pessoas de 5 e 44 anos, matando mais de 1,3 milhão de pessoas anualmente e deixando cerca de 50 milhões gravemente feridas no mundo. O Brasil está na quinta posição mundial em quantidade absoluta de fatalidades no trânsito.

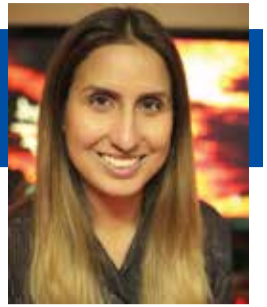
Enfim, muitas ações e campanhas também foram organizadas em todo o Brasil pela data. Entidades e instituições ligadas às vítimas de trânsito estiveram mobilizadas para saudar a memória de parentes e de amigos perdidos.

Mas a verdade é que toda esta tragédia deveria ser lembrada todos os dias, com a existência de campanhas permanentes de conscientização da sociedade por um trânsito mais humano e seguro.

Precisamos entender, de uma vez por todas, que toda vida perdida no trânsito sempre deixará marcas profundas na sociedade e cabe também a nós fazermos algo para mudar esta triste realidade.

## NOTAS E FLAGRANTES

Por Ellen Bruehmüller  
contato@monatran.org.br



### O APLICATIVO QUE QUER SER O WAZE DAS BIKES

A Woole, uma startup de mobilidade urbana residente do Mobilab, está desenvolvendo um aplicativo para ciclistas que funciona como um Waze para bicicletas.

O app contará com um sistema de navegação exclusivo para ciclistas, que calcula rotas seguras, planas e rápidas; além de identificar locais de interesse para ciclistas, como bicicletários, paraciclos e oficinas.

O aplicativo ainda é colaborativo: o usuário poderá avaliar rotas e locais, para dizer se um paraciclo é seguro ou não, por exemplo, bem

como indicar novos locais no mapa, buracos no asfalto e algumas condições de via.

Para viabilizar o projeto, a Woole está fazendo um financiamento coletivo, uma espécie de “vaquinha online” com recompensas para os apoiadores. A campanha, que funciona na modalidade tudo ou nada, precisa levantar a totalidade da meta ou o projeto não vai pra frente e todas as contribuições são devolvidas. Se a campanha for bem sucedida, o aplicativo deve estar disponível até março de 2017. (Fonte: Bike é Legal)

### FLAGRANTE

Um flagrante registrado no dia 11 de novembro, em Fortaleza-CE, mostra uma cena pra lá de inusitada: um casal carrega em uma moto duas crianças de maneira indevida, sendo que o bebê está dentro de um balde.

Mais do que cometer quatro infrações gravíssimas de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e estar sujeito à penalidade de multa e suspensão do direito de dirigir, além do recolhimento do documento de habilitação, o condutor está colocando em risco as vidas de seus bens mais preciosos.

Sabemos dos desafios diários que muitas famílias enfrentam para conseguir se deslocar. Porém, é importante ressaltar que a Lei existe com o objetivo de proteger justamente aqueles que tanto amamos.



 **monatran**

Jornal do MONATRAN -  
Movimento Nacional de Educação no Trânsito  
Sede Nacional: Av. Hercílio Luz, 639 Conj. 911  
Centro - Florianópolis / Santa Catarina – CEP 88020-000  
Fone: (48) 3223-4920 / 32049478  
E-mail: [jornal@monatran.org.br](mailto:jornal@monatran.org.br)  
Site: [www.monatran.org.br](http://www.monatran.org.br)

#### DIRETORIA EXECUTIVA:

**Presidente:** Roberto Alvarez Bentes de Sá

**Diretores:** José Carlos Pacheco  
Sergio Carlos Boabaid  
Luiz Mario Bratti  
Jorge Castro Reis Filho  
Francisco José Mattos Mibielli

#### Jornalista Responsável e diagramador:

Rogério Junkes - Registro Profissional nº 775 - DRT

**Redatora:** Ellen Bruehmüller - Registro Profissional nº 139/MS - DRT

**Tiragem:** 12.000 exemplares

**Distribuição:** Gratuita

Os artigos e matérias publicados neste jornal são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam, não refletindo necessariamente o pensamento da direção do MONATRAN ou do editor.

**ESPAÇO DO PRESIDENTE**

Roberto Alvarez Bentes de Sá  
 robertobentes@monatran.org.br



**Educação além das multas**

**D**esde o dia 1º de novembro, o valor das multas de trânsito aumentou mais de 50% no Brasil. Algumas infrações, como usar celular ao volante e estacionar indevidamente em vagas de idosos ou de pessoas com deficiência, ficaram mais graves.

As alterações no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), determinadas em lei sancionada em maio pela então presidente Dilma Rousseff, preveem também consequências mais rígidas para quem atingir os 20 pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) — a penalidade, que variava de um a 12 meses, passará a ser de seis meses a um ano.

Além disso, o processo de suspensão do direito de dirigir, para as infrações que preveem essa penalidade (embriaguez, excesso de velocidade acima de 50% e rachas), poderá ser aberto imediatamente, reduzindo o tempo de tramitação para a penalização do condutor infrator. Todavia, para vigorar, essa última medida mencionada ainda precisa de regulamentação, prometida pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) para este ano.

Como é sabido, acreditamos sinceramente

no poder educativo da imposição das penalidades. Pois, infelizmente, a maioria dos nossos motoristas só aprende quando mexem no bolso. Entretanto, para se alcançar o almejado sucesso esperado com essa nova legislação, entendemos que o governo não pode se amparar somente no aumento do valor das multas e punições. É necessário fazer mais!

Nossa malha viária precisa com urgência de uma melhora significativa na sinalização. Muitas vias necessitam de uma revisão no limite de velocidade, algumas para mais, outras para menos. A fiscalização deve ser mais eficiente. Sobretudo, é fundamental que sejam instaladas campanhas permanentes de conscientização e educação para um trânsito mais humano e seguro.

Por fim, nossos governantes precisam demonstrar que realmente se preocupam com o bem estar e a segurança das pessoas para que a população possa levar a sério as iniciativas propostas pela legislação vigente, aderindo suas recomendações, por finalmente entenderem que mesmo as penalidades existem para educar e não simplesmente para arrecadar.

**FAROL ALTO**

Chineses, da província de Shandong, criaram adesivos horripilantes para desencorajar o uso indevido do farol alto. Os adesivos com imagens de fantasmas, espíritos e outras formas assustadoras típicas dos filmes de terror só aparecem à noite e quando o carro que está atrás usa o farol alto ligado.

Todavia, assim como o uso indevido da luz alta, os adesivos já estão na mira da polícia de trânsito local que já está aplicando multas em quem for flagrado com os adesivos do terror no veículo. A multa de 100 yuans (cerca de R\$ 49) pode ser ainda maior caso o desenho assuste um condutor ao ponto de provocar um acidente.



**BOM EXEMPLO**

Não me canso de dizer que nosso país está carente de bons exemplos. E, nesse mês de novembro, um policial militar ganhou destaque nas redes sociais por uma atitude simples, mas repleta de uma “humanidade” difícil de encontrar nos dias atuais.

Ao atender uma ocorrência de um acidente de moto, na cidade de Rolândia/PR, sob uma forte chuva, o policial protegeu a vítima com um pequeno guarda-chuva, até a chegada da equipe de resgate. Que a referida atitude nos sirva de exemplo para que possamos viver em uma sociedade mais solidária e amável.

# Dia Mundial em Memória às Vítimas de Trânsito lança luz sobre violência viária

Acidentes de trânsito têm sido apontados como a principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no mundo. Por ano, são mais de 1,2 milhões de óbitos registrados com esta causa, sendo que, em metade deles, há envolvimento de usuários considerados vulneráveis, como motociclistas (23%), pedestres (22%) e ciclistas (4%). Excesso de velocidade, mistura de bebida e direção, e falta de uso de itens de segurança como capacete, cinto de segurança e sistemas de retenção de crianças são os fatores de maior risco neste cenário. Para propor uma reflexão sobre o tema, o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Trânsito, lembrado em todo mundo sempre no terceiro domingo de novembro, dá voz àqueles que sofreram as consequências geradas pela violência viária.

Os nove meses que se passaram desde o dia em que o analista de frota, Robson Castilho, se envolveu em um acidente de trânsito não foram suficientes para apagar os detalhes da lembrança. A postos para percorrer, de moto, os 15 Km entre o trabalho e a casa, ele foi surpreendido pela imprudência de outro condutor. “Eu dirigia em velocidade com-

patível com a via e avistei um carro entrar devagar na avenida. Ele sinalizou para entrar na pista da direita, mas foi para o outro lado, onde eu estava. Não deu tempo de reduzir o suficiente”, descreve.

Ao contrário de Robson e por um erro reconhecido posteriormente, a designer gráfica, Virgínia Guetter, motivou o próprio acidente há pouco mais de um ano, episódio considerado por ela um divisor de águas. “Eu estava voltando para casa de madrugada e tinha bebido além da conta. Perdi o controle em uma curva e colidi com um carro que estava estacionado. Quando acordei, estava no hospital com vários pontos na cabeça”, conta. Para ela, a perda do veículo foi irrisória se comparada ao risco da irresponsabilidade ao dirigir alcoolizada. “Tenho vergonha de lembrar, mas admito que me tornei muito mais cautelosa. Tive sorte de não ter sofrido traumas maiores”, relata.

## Sociedade e poder público: todos têm responsabilidade

Imprudência, irresponsabilidade, desatenção em relação aos cuidados com o veículo e descaso com o uso de dispositivos de segurança são, para a especialista



em trânsito da Perkons, Idaura Lobo Dias, atitudes sem espaço no trânsito. “Para conduzir um veículo é necessário estar em total estado de alerta e em perfeitas condições (físicas e psíquicas) para não se expor ou expor os outros a riscos”, completa. Ela lembra que, apesar de serem vistos como um fato imprevisível, os acidentes podem e devem ser evitados. “A intenção de uma data como o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Trânsito é, justamente, alertar as pessoas sobre a violência viária. A sociedade deve refletir sobre as consequências dos acidentes e conhecer as principais causas que levam a mortes e feridos todos os dias em nossas vias”.

Para darem vazão a resultados mais tangíveis na segurança

viária, a especialista defende que campanhas e ações como esta não sejam adotadas de maneira isolada. “Elas devem vir acompanhadas de políticas públicas e da busca pelo cumprimento da legislação, para que as pessoas entendam que acidentes de trânsito não acontecem apenas com os outros”, esclarece. Assumir a responsabilidade enquanto usuário é, neste sentido, o primeiro passo para garantir a própria segurança. “Dirigir de maneira defensiva, respeitando o limite de velocidade mesmo sem fiscalização, por exemplo, é dever do motorista prudente. Porém, a necessidade de mudança de postura dos usuários não exime os decisores políticos de tornar as vias e os veículos mais seguros”, pondera.

Para atar estas duas pontas – sociedade e políticas públicas –, Idaura sugere ações estratégicas, como a criação de memoriais que permitam a discussão permanente do tema e o aprimoramento da legislação quanto aos principais fatores de risco do trânsito. Algumas iniciativas incorporadas pela Perkons – empresa que desenvolve e aplica tecnologia para a segurança no trânsito – para atrair a atenção da sociedade para o assunto são o CTB Digital, site que disponibiliza o Código de Trânsito Brasileiro comentado por especialistas, e o Trânsito Ideal, que reúne dicas de segurança a vídeos de direção defensiva com acesso gratuito. A empresa foi ainda a primeira entidade da iniciativa privada a apoiar, no Brasil, a Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2011-2020 – proclamada pela Organização das Nações Unidas. (Fonte: Perkons)



## Denatran lança aplicativo para notificação eletrônica de infrações

### A grande novidade é que o app também oferece 40% de desconto para os infratores

O motorista que cometer infrações de trânsito poderá receber o aviso pelo celular que foi multado. Essa é uma das funções do aplicativo lançado pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Para isso é necessário baixar o aplicativo que já está disponível tanto para IOS quanto Android, inserir os dados pessoais e do veículo. Até o pagamento poderá ser feito pelo aplicativo.

O sistema atende a Lei 13.281, que visa facilitar a comunicação entre os órgãos autuadores e proprietários de veículos, condutores e empresas de transporte para o pagamento das multas até o ven-



cimento com direito ao desconto de 40% do valor total, no caso de reconhecimento da infração cometida, sem a necessidade de apresentar defesa prévia ou recurso.

De acordo com o coordenador Geral de Educação no Trânsito do Denatran, Francisco Garonce, além de trazer mais comodidade e interatividade na gestão do pagamento de multas, o Sistema promete traçar um perfil dos condutores.

“Com o novo sistema vamos traçar o perfil dos condutores que frequentemente cometem infrações e, ao serem informados, terão a chance de corrigir o curso de suas ações. Por exemplo, aqueles flagrados ao manipular um celular, vão receber diversas informações sobre acidentes e demais consequências do ato por meio de campanhas educativas, para que haja uma mudança de comportamento. Já os condutores exemplares terão o comportamento valorizado”, explica.

### ÓRGÃOS QUE JÁ ADERIRAM

A Polícia Rodoviária Federal (PRF), que registra multas em rodovias federais, e alguns Departamentos de Trânsito (Detrans) já estão integrados ao sistema. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), que aplica multas por excesso de peso e

ou de velocidade por meio dos postos de pesagem e lombadas eletrônicas, está em finalização. Outros Departamentos de Trânsito (Detran) locais já manifestaram o interesse em aderir.

O SNE está integrado à base única do Registro Nacional de Infrações de Trânsito (Renainf), onde já ficam registradas as multas interestaduais. Segundo o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), que desenvolveu o aplicativo, todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito podem aderir ao SNE voluntariamente e as ocorrências locais passarão a ser computadas. Nesta primeira etapa do SNE, estão aptos a aderir ao sistema mais de 1,6 mil órgãos autuadores em todo o Brasil integrados ao Renainf, que registram 16 milhões de multas ao ano.

Dr. Dirceu Rodrigues Alves Jr. \*



## Equilíbrio e desorientação espacial na direção veicular

É complexa a manutenção do equilíbrio e do controle na desorientação espacial. Vários órgãos e sistemas são solicitados. Os principais sensores estão no labirinto, olhos, pele, músculos e articulações.

O labirinto informa movimentos da cabeça e do corpo. Olhos mostram posição do corpo no espaço. Pele mostra contato com superfície. Músculos e articulações informam movimentos. O cérebro recebe, cruza e responde às informações.

O sistema labiríntico é a central de informações que são repassadas ao sistema nervoso central. As informações recebidas têm que ser coerentes; qualquer informação desajustada vai gerar tontura e enjoo.

A coerência entre o que vemos e o que sentimos, percebidos através do labirinto e de outros órgãos dos sentidos, permite que possamos ficar de pé, em total equilíbrio. Quem sofre de labirintite tem dificuldades em manter esse equilíbrio.

A desorientação espacial é a discordância entre o que vemos e o que sentimos. Os agentes causais do desequilíbrio são múltiplos.

No ouvido interno temos canais semi-circulares que contém um líquido chamado linfa. Esses canais são parte do aparelho vestibular. São três canais colocados em plano horizontal, oblíquo e vertical. São esses canais contendo a linfa os responsáveis por parte de nosso equilíbrio e desorientação espacial. O turbilhonamento da linfa é capaz de levar o indivíduo a um quadro vertiginoso e de total desorientação.

Isso pode ser provocado através da cadeira de Barany, onde o indivíduo é sentado e passamos a girar a cadeira, aumentando a

velocidade. Repentinamente interrompemos o movimento. A pessoa sentada tem uma sensação horrível; seu corpo tomba para um lado, faz movimentos musculares descoordenados, parece ter uma convulsão e não consegue situar-se no ambiente. Na realidade provocou-se um turbilhonamento da linfa, que foi a causa dos sinais e sintomas descritos, incluindo náuseas, vômitos e vertigem.

Isso acontece por demais com o piloto de aeronave quando em acrobacias. Bem treinado, esse profissional percebe menos o quadro ou nada percebe.

O motorista e motociclista, apesar de não ter os mesmos movimentos bruscos do piloto acrobata, pode ter turbilhonamento da linfa quando numa aceleração ou desaceleração brusca, num acidente com rodopio ou derrapagem na pista, capotagem, balanço ou trepidação do veículo, entre outros. Nesse caso, momentaneamente terá a visão, audição, concentração, percepção, raciocínio, vigília, atenção e respostas motoras comprometidas, o que o impedirá de ter atitudes defensivas.

Havendo uma doença primária, o que é comum nos idosos, o quadro surgirá até mais intenso. Com grande facilidade, gestantes e crianças terão manifestações de maior porte. Uma colisão pode ser causa de uma desorientação espacial e vice-versa.

Os idosos com insuficiência arteriovenosa terão o cérebro e o labirinto menos irrigados, o que pode desencadear o quadro. Nesses casos, o movimento brusco da cabeça (girar a cabeça ou fazer movimentos rápidos para os lados) pode ser o desencadeador. Caso exista doença primária, vale a pena mantê-la em equilíbrio. As alterações

apresentadas são detectadas por exame otorrinolaringológico e otoneurológico. Mais raramente, as tonteiras e sensação de desequilíbrio podem ser de origem visual, neurológica ou psíquica.

A noite é outra condição que leva a desorientação espacial, já que não conseguimos dimensionar espaços, distâncias, velocidades. Tudo se torna mais difícil, como uma ultrapassagem, manter distância de outro veículo, delimitar o trajeto a ser percorrido etc. As reações oculares tornam-se mais lentas e tudo evolui para maior comprometimento da desorientação.

Diante de tantas situações de risco e acidentalidade no trânsito urbano e rodoviário, com milhares de óbitos e vítimas com sequelas, e sinais e sintomas que podem surgir subitamente, torna-se necessárias a observação e orientação.

Conselhos que ajudam a evitar que ocorra a desorientação espacial. Precisamos estar atentos e buscar orientação médica.

### NÃO DIRIGIR:

- sem um horizonte natural definido;
- cuidado em curvas com a cive e declives;
- com condições de visibilidade reduzida, o que inclui a atividade noturna;
- não dirigir sob névoa, neblina, nuvens que cubram mais da metade do campo visual com a superfície;
- Cuidado com o efeito espelhismo. Espelhismo ou miragem é um fenômeno óptico muito comum em dias ensolarados, especialmente sobre rodovias, em paisagens desérticas ou em alto-mar.

\*Dr. Dirceu Rodrigues Alves Jr é Diretor da ABRAMET - [www.abramet.org.br](http://www.abramet.org.br)

## CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (LEI Nº 9.503, DE 1997)



### CONSTITUI INFRAÇÃO DE TRÂNSITO:

**Art. 205.** Ultrapassar veículo em movimento que integre cortejo, préstito, desfile e formações militares, salvo com autorização da autoridade de trânsito ou de seus agentes.



# MOBILIDADE

Julio Cavalheiro/Secom



## Faixas exclusivas de ônibus é a primeira ação prevista para melhorar a mobilidade na Grande Florianópolis

O projeto de infraestrutura do BRT (Bus Rapid Transit) na região metropolitana da Grande Florianópolis foi apresentado no dia 26 de outubro, na Secretaria de Estado do Planejamento, pelo superintendente de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, Cassio Taniguchi, e estará disponível ao público no site da secretaria de Estado do Planejamento até o dia 26 de novembro.

“O objetivo de divulgar a proposta da infraestrutura do sistema BRT é dar o máximo de transparência ao processo, dirimir dúvidas e receber sugestões”, afirmou Taniguchi.

A modelagem da infraestrutura do sistema de transporte público da região metropolitana é resultado de estudos da empresa TPI por meio de procedimento de manifestação de interesse (PMI) lançado pelo Governo do Estado em outubro de 2015. A intenção do Executivo é lançar edital para a licitação da implantação, operação, conservação e manutenção da infraestrutura do sistema BRT por meio de parceria público-privada na modalidade concessão administrativa.

Está prevista a implantação de 57 quilômetros de vias e de faixas exclusivas para o BRT, 36 estações e quatro terminais de integração, além do sistema de controle operacional (ITS - Intelligent Transport System) que irá supervisionar toda a operação do BRT, através de

um CCO (Centro de Controle Operacional). Os investimentos em infraestrutura estão orçados em R\$ 1,1 bilhão.

O BRT de 1º nível, ou seja, corredores de ônibus com operação em vias segregadas, estações de embarque e desembarque e sistema de bilhetagem pré-embarcado, terá extensão de 35,5km. Já o BRT de 2º nível, que opera em faixas exclusivas à direita, conta com paradas de embarque e desembarque e sistema de bilhetagem embarcado, terá 22km. O objetivo é priorizar o conforto do passageiro, maior frequência de ônibus e ganho de tempo nos percursos.

“O projeto prevê primeiro a implantação de faixas exclusivas, é diferente de pistas exclusivas, ao longo das vias existentes que saem de São José, passam pelo Bairro Estreito e vão até o Centro de Florianópolis utilizando preferencialmente a Ponte Hercílio Luz. De toda maneira, é uma obra mais simples e mais barata também. A seguir começa a obra da Via Expressa, que é outro ponto de estrangulamento de todo sistema de transporte da região metropolitana e sucessivamente até chegarmos ao anel do Morro da Cruz, com a parceria da prefeitura da Capital”, explicou Taniguchi.

Os primeiros trechos do BRT interligando São José via Estreito até o Ticen devem entrar em operação até o final de 2017. As demais etapas de implantação serão sucessivas, até 2021.

# Engenheiros de todo o Brasil conhecem o trabalho de restauração da Ponte Hercílio Luz

O processo construtivo da reabilitação e recuperação da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis, foi apresentado no dia 17 de outubro, pelo Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra), para dirigentes de entidades ligadas à engenharia de 26 estados do país e do Distrito Federal. O engenheiro fiscal da obra de reabilitação da Ponte Hercílio Luz, Wenceslau Diotallevy, explicou os trabalhos que já foram e estão sendo executados, assim como as novas tecnologias empregadas na restauração. “Essa visita partiu do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (Crea/SC) e Associação dos Engenheiros. Eles estão acompanhando a obra e acharam importante que o setor de engenharia nacional pudesse conhecer os trabalhos que estão sendo executados”, contou o engenheiro.

Wenceslau informou que o vão central da ponte de tem 4,4 mil toneladas, com largura transversal de 15,92 metros, duas faixas de 3,8 metros cada e duas passarelas de 2,5 metros. O novo projeto aumentou a plataforma em 2,5 metros, permitindo que, de um lado, haja passagem para pedestres e cadeirantes e, do outro, uma ciclovia. A altura da torre principal é de 70 metros.

Conforme o engenheiro, a etapa atual da ponte inclui a substituição das longarinas e transversinas, peças principais da base. Elas formam uma trama que será o suporte para o piso por onde passarão os automóveis. Também estão sendo feitos o reforço das treliças, reforços nas fundações das torres e obras de estaiamento. Em janeiro, essa etapa deve estar preparada para a transferência de cargas com segurança.

O presidente do Deinfra, Wanderley Agostini, disse que a recuperação da Ponte Hercílio

luz hoje é a vitrine da engenharia, não só para o Brasil, mas para o mundo. “A empresa que está executando a obra veio aqui para executar e não para aprender. Os olhos da engenharia brasileira se voltam a Santa Catarina para terem como exemplo a recuperação dessa ponte tão importante. O andamento da obra - que está dentro do cronograma - e a avaliação positiva dos visitantes mostram que o Governo do Estado está no caminho certo para a recuperação desta grandiosa estrutura”, destacou.

A ponte, que completou 90 anos em maio, passa pelo último ciclo de obras do trabalho de restauração. O contrato com o grupo português Teixeira Duarte foi assinado em março de 2016 e a ordem de serviço foi entregue no dia 18 de abril. O prazo de execução previsto é 30 meses, com conclusão no segundo semestre de 2018.

“Essa visita é uma grande satisfação. Mostramos a tecnologia da engenharia do nosso Estado para o Brasil inteiro. Estamos apresentando não a porta de Florianópolis, mas de Santa Catarina, o nosso símbolo maior. Santa Catarina é referência em vários setores e em engenharia também. Os visitantes ficaram encantados com a beleza da nossa ponte e, mais que isso, com a tecnologia empregada na recuperação dela”, relatou o presidente do Crea/SC, o engenheiro civil Carlos Alberto Kita Xavier.

“Percebemos que o trabalho que está sendo feito aqui é de muita qualidade e que a empresa que está executando conhece o serviço. A técnica aplicada é nova. Não é toda empresa que tem o expertise para fazer este tipo de serviço. Com certeza, é uma grande obra e que trará muitas melhorias na mobilidade”, afirmou presidente do Crea do Distrito Federal, Flavio Correia de Souza.

James Tavares/Secom



Engenheiros de todo o país reunidos para conhecer detalhes da restauração da ponte.

Bernard Bettega da Rosa \*



## A mobilidade da "Lava Jato"

A medida que avança a operação Lava Jato, vai desnudando um país bem diferente daquele que imaginávamos.

A descarada apropriação da estrutura do Estado sem desculpas e até sem arrependimentos expõe uma chaga tão grande que muitos acreditam que talvez nada possa estancá-la.

A partir da Petrobras, até então nossa mais importante estatal, a investigação municada pelas delações premiadas transferiu-se para outras estruturas do Estado, especialmente as que mantinham vínculos com as empresas diretamente afetadas pela investigação.

O nível de complexidade das obras de mobilidade, condicionadas a desapropriações, emprego de materiais especiais e muitas vezes de mão de obra especializada, requer investimentos bilionários, muitas vezes ancorados em processos licitatórios claramente suspeitos, portanto extremamente vulneráveis aos tipos de negócios desvendados pela investigação.

Quanto aos modais adotados por esses projetos após um complexo estudo de

viabilidade, tem se direcionado ao modelo batizado de BRT, vinculado a construção de uma área específica de movimentação e muito sensível a grupos de engenharia e de planejamento associados as ideias advindas de escritórios de arquitetura e engenharia do sul do país que venceram editais em várias cidades brasileiras especialmente na cidade de Palmas, Tocantins onde recentemente foi detida uma quadri-lha que supostamente operava com projetos superfaturados da ordem de milhões de dólares.

Já na cidade de Cuiabá o abandono desse modal na sua área central vem provocando um verdadeiro escândalo na região já que veículos novos apodrecem expostos a intempéries, enquanto a população continua refém de uma estrutura de mobilidade considerada uma das piores do Brasil, agravada pelas restrições impostas pela obra que simplesmente encontra-se parada há vários anos.

A adoção de um modelo concebido à partir de nossa realidade, que leve em conta as características locais, poderia certamente nos aproximar de um me-

lhor encaminhamento desse contumaz problema. Em Florianópolis poderíamos adotar várias soluções já implementadas na cidade de Vitória, com condições muito semelhantes a da nossa capital onde um sistema hidroviário, mesmo que não atingindo o nível ideal, reverte o olhar da própria cidade hoje voltada para sua realidade interna, de costas para o mar, sendo que todas as grandes cidades do primeiro mundo direcionam seus maiores investimentos para a área considerada como "borda d'água", gerando atratividade para o turismo e a própria mobilidade em si.

O desafio está lançado, o gestor que não se dispuser a enfrentar esses antigos dilemas, sepultará sua própria vida pública de forma irremediável.

\* Delegado da Polícia Federal. Ex-presidente do IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Ex-secretário da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Florianópolis. Membro do Conselho Deliberativo do MONATRAN - Movimento Nacional de Educação no Trânsito. Presidente do Conen/SC.

## Unidade móvel amplia operações na temporada

Começou a operar a nova base móvel da Guarda Municipal de Florianópolis (GMF). Equipada com ar condicionado, frigobar, sistema de bateria embutido e armazenamento de equipamentos, o furgão será usado para levar as operações policiais para todas as regiões da cidade.

"Com toda essa estrutura móvel, vamos ter condições de dar uma resposta mais rápida à população. Teremos toda a estrutura fixa da Guarda Municipal sobre quatro rodas", avaliou o comandante da GMF, Alex Silveira.

Com um investimento de R\$ 190 mil na compra

e adaptação do veículo, a Secretaria de Segurança e Gestão do Trânsito vai dar mais agilidade nos atendimentos e operações como a Blitz da Lei Seca que começa a se intensificar com a chegada do verão. O furgão vai disponibilizar também mais facilidade para as consultas ao sistema de informações de trânsito do Detran (DetranNet).

"Com a proximidade do verão, a base móvel vai nos possibilitar estar mais presente nas praias da Ilha. Vamos levar a GMF para todo o litoral", completou o secretário de Segurança do Município, José Paulo Rubim.



Equipada para operações especiais, como a Blitz da Lei Seca, veículo levará ações da GMF para o todo o litoral

Divulgação: Rafaela Martins

# Campanha *Moto pela Vida* busca reduzir acidentes em SC

Com o objetivo de chamar a atenção para a necessidade de reduzir o número de acidentes com motocicletas em Santa Catarina, foi lançada a Campanha Moto pela Vida, no dia 29 de outubro, durante evento no SENAI em São José, que reuniu a comunidade da região, grupos e associações de motociclistas, estudantes, futuros motoristas e autoridades de trânsito. A campanha vai começar pela Grande Florianópolis, com foco no trecho da BR-101 que abrange Biguaçu, São José, Palhoça e Florianópolis. É uma iniciativa do Grupo de Trabalho BR-101 do Futuro, liderado pela Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), e integrado pela Arteris, ANTT, CREA-SC, Deinfra, DNIT, Fetranesc, OAB-SC, Polícia Rodoviária Federal (PRF-SC) e SENGE.

Dados da Arteris, concessionária que administra a BR-101-SC, mostram que cada 100 acidentes com motos geram, em média, 104 vítimas. Mais de um terço dos orçamentos dos hospitais dos maiores centros urbanos de Santa Catarina é gasto somente com vítimas de acidentes de moto. De cada 10 acidentados que chegam aos hospitais catarinenses, seis são motociclistas.

Conforme informações do Hospital Regional de São José, no período de 2002 a 2015 houve crescimento de 52% no número de atendimentos de vítimas de acidentes com motocicleta, que representam 37% do atendimento total na emergência do hospital. 68% dos atendimentos das vítimas de acidentes de trânsito são de motociclistas que, em média, ocupam 53% dos leitos disponíveis. Em 2015, foram realizados 267 atendimentos mensais a motociclistas acidentados, representando cerca de 9 atendimentos por dia.

“Chama a atenção o grande número de acidentes de trânsito envolvendo motos, com uma quantidade expressiva de ocorrências fatais. Um trabalhador que se acidenta leva, em média, 6 a 12 meses para se recuperar de um acidente. Além disso, fica afastado do emprego e tem redução na remuneração. Enfim, há consequências para o acidentado, a família dele e a sociedade”, afirma o presidente da FIESC, Glauco José Côrte, lembrando que grande parte dos acidenta-



dos são pessoas que utilizam a moto para deslocamentos para o trabalho. “Queremos valorizar a vida, e queremos que todos tenham segurança, qualidade de vida e de transporte”, completou, ressaltando que o objetivo é envolver não só os motociclistas, mas toda a sociedade, motoristas de caminhão, veículos de passeio e todos que de alguma forma utilizam meios de transporte.

O presidente da FIESC resalta que há medidas que podem ser tomadas para reduzir substancialmente o número de ocorrências. Entre elas estão aulas de educação no trânsito aos estudantes, futuros motoristas; melhoria da sinalização, fiscalização mais rigorosa em relação ao uso de equipamentos de segurança e a regulamentação da profissão de motoboy nas cidades que ainda não regulamentaram, medida que ajuda na fiscalização. Veja abaixo a lista de propostas.

“Pretendemos reverter uma situação que é muito crítica em Santa Catarina, buscando soluções conjuntas e não culpadas. Estamos abertos para receber as

sugestões da sociedade para que possamos elaborar um documento e desenvolver atividades que minimizem o número de acidentes”, afirmou o 1º vice-presidente da FIESC, Mario Cezar de Aguiar, ao apresentar os índices alarmantes de acidentes: Santa Catarina possui 15 dos 100 trechos de rodovias federais mais críticos do País. Os km 200 e 220 da BR-101 em São José e Palhoça ocupam a segunda e a quarta posição, respectivamente, entre os mais perigosos.

Em 2015 foram registrados 14.150 acidentes em rodovias federais catarinenses. Desse total, 3.187 foram com motos – sendo 2.725 com feridos leves, 924 com ferimentos graves e 94 mortos. No trecho de aproximadamente 25 quilômetros entre Palhoça, Biguaçu e a Via Expressa em Florianópolis estima-se que a cada mês duas pessoas morrem em acidentes de moto; outras 77 têm ferimentos leves e 19 vítimas ficam gravemente feridas.

Em sua apresentação, o policial rodoviário federal, Ubirajara Martell Soares, disse que estudo

recente mostra que o custo inicial de um acidente com vítima é de mais de R\$ 100 mil. Em ocorrência sem vítima o custo é de R\$ 3 mil a 4 mil. “A PRF tem entre suas funções institucionais trabalhar com educação para o trânsito. Estamos passando por um momento difícil em relação às estatísticas de trânsito, principalmente com as motos. Houve um aumento significativo na frota de veículos sobre duas rodas. Um trânsito mais humano passa pela cortesia, educação e obediências às regras. São medidas que reduziriam os acidentes e trariam reflexos para toda a sociedade”, afirmou.

Inicialmente, o movimento mobilizará a Grande Florianópolis, mas será estendido para todo o Estado nas próximas fases da campanha. Também estará permanentemente nas redes sociais. O evento deste sábado também teve orientação aos motociclistas, checkups de itens de segurança, simulador de pilotagem de moto, minicursos de manutenção na Unidade Móvel de Motocicletas do SENAI, limpeza de capacetes, além de depoimento da atleta

paraolímpica Josiane Lima e do sargento reformado das Forças Armadas, Adriano Miranda.

**Jovens engajados:** Estudantes de 9 a 15 anos do SESI utilizaram a robótica para criar soluções que reduzam o número de acidentes ou ofereçam mais qualidade de vida aos acidentados. Eles participaram da Hackathon Movimento Moto pela Vida, competição em que equipes de Criciúma e Joinville, com o uso de peças Lego, construíram protótipos inovadores.

Em Joinville, as equipes criaram prótese articulada para perna a custo mais baixo, cadeira de rodas para locomoção em terrenos difíceis e também uma espécie de caixa preta que registra as atividades do motociclista enquanto ele ainda utiliza a carteira nacional de habilitação provisória. Em Criciúma, os estudantes trabalharam em dois projetos de prevenção de acidentes: um sensor de aproximação de veículos e um ampliador de visão do motociclista. Os projetos dos estudantes foram apresentados ao público.

## LISTA DE PROPOSTAS DA CAMPANHA:

- Promoção da educação para o trânsito na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação;

- Em âmbito estadual, a Lei que trata do Sistema Estadual de Educação (Lei Complementar 170/98) define que a educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com regras comuns, dentre as quais, a inclusão nos currículos de conteúdos sobre educação para o trânsito;

- Regularizar as profissões de “motoboy”, “moto-fretista” e “mototaxista” nos municípios da Grande Florianópolis que ainda não regulamentaram. A medida terá grande efeito na segurança para os usuários desses serviços, principalmente para os motociclistas autônomos, na medida em que estabelece o cumprimento de requisitos para o exercício da profissão, com ênfase na educação e segurança.





# Efeito educativo e democrático com as alterações de penalidades no trânsito

Entraram em vigência no último dia 1º de novembro, várias alterações no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), destacando-se entre elas, o reajuste das multas para todas as categorias de infrações (leve, média, grave e gravíssima).

Os novos valores que serão pagos por condutores que desrespeitarem as regras de trânsito estão previstos na Lei 13.281/2016, que foi sancionada em maio e passa a vigorar agora.

Para o MONATRAN Movimento Nacional de Educação no Trânsito e o OBSERVATÓRIO Nacional de Segurança Viária, a adequação dos valores serve como readequação para o resgate dos efeitos educativos e democráticos das penalidades de trânsito; portanto, impacta positivamente na segurança; defende as entidades. “Não podemos deixar de destacar que o Brasil, figura em posição desfavorável no ranking de violência no trânsito pelo enorme número de mortes e feridos nas vias (são mais de 43 mil mortes por ano e mais de 500 mil sequelados permanentes por ano também)”.

O efeito educativo explica-se por inibir que a pessoa que foi multada cometa novamente a mesma infração. “Para a população em geral, ter que desembolsar dinheiro é um fator inibidor, pois ainda não temos maturidade cultural para acreditar que condutas seguras são para nosso próprio bem (usamos o cinto para não tomar multa, e não para nos proteger).

Já o efeito democrático, esclarece, se dá porque quem paga são somente os infratores, mas toda a sociedade é beneficiada de forma democrática pois o dinheiro arrecado, por lei, deve ser aplicado exclusivamente em projetos e ações de segurança no trânsito (engenharia, educação e fiscalização).

A lei que entra em vigor traz um importante instrumento de controle social: todos os órgãos de trânsito que aplicam e arrecadam multas serão obrigados a publicar regularmente em seus sites todo o fluxo de arrecadação e investimento. “Ou seja, conseguiremos identificar se o dinheiro arrecadado com as multas de trânsito está realmente sendo aplicado em melhorias para o trânsito”.

As entidades destacam ainda que a sociedade precisa aderir às regras de circulação e condutas previstas no CTB, de forma voluntária e independentemente da presença da fiscalização, uma vez que no trânsito estão em risco vidas e que nenhum valor pode ressarcir-las.

É importante destacar ainda que para infrações de natureza gravíssima, o valor das multas pode ser multiplicado por três, cinco e dez vezes.

Nesse sentido, além de evitar o envolvimento em acidentes, deixar de cometer infrações de trânsito, além de proteger vidas, pode ajudar também a aliviar o bolso, neste momento de dinheiro curto. Respeite as regras, evite riscos e prejuízos para todos!



Representantes da instituição abordaram o tema em reunião com equipe técnica do Ministério

## OBSERVATÓRIO discute Educação para o Trânsito com o MEC

O OBSERVATÓRIO Nacional de Segurança Viária – ONSV apresentou em reunião com a equipe técnica da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), no dia 7 de novembro, em Brasília, sugestões de ações que contribuirão para a implementação da Educação para o Trânsito, de modo transversal, na base nacional comum de ensino.

Durante a reunião, em que participaram José Aurelio Ramalho, diretor-presidente do OBSERVATÓRIO, além de seu diretor-técnico, Paulo Guimarães, e da pedagoga e especialista em Educação

para o Trânsito, Roberta Mantovani, ficou estabelecida a necessidade de formação de uma agenda de conversas e ações voltadas para esta finalidade.

Ficou acertado também que o OBSERVATÓRIO encaminhará ao MEC seu material teórico já elaborado. O OBSERVATÓRIO se prontificou a contribuir com o Ministério para o conteúdo relativo à Educação para o Trânsito, a ser incluído nos livros didáticos.

A disponibilidade de contribuição do OBSERVATÓRIO foi recebida com entusiasmo pela equipe do MEC, que afirma ter a percepção da importância do tema.





# JUDICIÁRIO

## Passe livre interestadual sem limite para deficientes terá efeito em todo o país

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou a abrangência nacional de uma decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) que reconheceu o direito dos deficientes físicos comprovadamente carentes ao passe livre em ônibus interestaduais, sem o limite de dois assentos por veículo.

A decisão foi tomada após análise de recursos de empresas de ônibus e da União. O TRF3 havia assegurado o passe livre instituído pela Lei 8.899/94, sem a limitação do número de assentos imposta pelo artigo 1º do Decreto 3.691/00.

### AÇÃO

Em 2000, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública, em Campo Grande, para garantir o direito ao passe livre assegurado pela Lei 8.899/94 às pessoas carentes e com deficiência, uma vez que o Poder Executivo não regulamentou a matéria no prazo de 90 dias, conforme previsto pela legislação.

O juízo da 4ª Vara Federal de Campo Grande julgou procedente a ação e determinou que a abrangência do passe livre ficasse restrita à circunscrição territorial da 1ª Subseção Judiciária de Mato Grosso do Sul. O MPF recorreu então ao TRF-3 por discordar dessa limitação territorial.

“Ora, todos os deficientes brasileiros fazem jus à gratuidade do transporte interestadual de passageiros, e não apenas os residentes, ou em trânsito, em Campo Grande e outras cidades incluídas na competência territorial da 1ª Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul”, argumentou o MPF, ao salientar que negar efeito nacional representaria violação do princípio constitucional da igualdade.

### RECURSOS

O TRF3 aceitou os argumentos do MPF e estendeu os efeitos da sentença para todo o território nacional. Inconformadas, as empresas e a União recorreram ao STJ. Entre as razões, argumentaram que a decisão deveria ter efeito apenas regional, e não nacional. A União argumentou ainda que deveriam ser reservados apenas dois assentos por ônibus, em nome do princípio da razoabilidade.



No julgamento no STJ, o relator do caso, ministro Herman Benjamin (foto), da Segunda Turma, especializada em direito público, afastou os argumentos apresentados pelas empresas e pela União.

### CDC

Para o relator, recorrer aos limites da competência para reduzir a efetividade de uma sentença em ação coletiva implica infringência às regras do Código de Defesa do Consumidor (CDC), que determinam que o juízo do foro da capital do estado ou do Distrito Federal detém competência absoluta para julgar as causas que tratem de dano de âmbito regional ou nacional.

Benjamin citou entendimento do STJ, segundo o qual “os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo”.

### STF

Em relação ao argumento de que deveriam ser reservados apenas dois assentos por ônibus, Benjamin ressaltou que a decisão do TRF3 “teve viés constitucional” e que não seria possível ao STJ analisar tal questão, sob pena de invadir a competência do Supremo Tribunal Federal (STF).

“Com efeito, a corte de origem estabeleceu que a limitação de dois assentos em cada veículo, prevista no Decreto 3.691/2000, importa em ofensa aos comandos constitucionais que asseguram tratamento diferenciado aos portadores de deficiência, com o fim de promover-lhes a integração na sociedade e garantir-lhes o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais”, afirmou o ministro.

## Deficiente pode reter itens que comprou para adaptar veículo restituído ao banco

Em contratos de alienação fiduciária de veículos, os equipamentos de direção instalados para permitir a condução por pessoas com deficiência são considerados pertencentes do proprietário, e não acessórios do carro.

Com base nesse entendimento, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que o banco Aymoré devolva à antiga usuária os itens de adaptação que haviam sido instalados em um veículo restituído à instituição financeira. A decisão foi unânime.

De acordo com o Código Civil, são classificados como pertencentes os itens que, apesar de não serem considerados partes integrantes do bem principal, são destinados de modo duradouro ao uso ou serviço de outro bem.

O recurso julgado pelo colegiado teve origem em ação de busca e apreensão proposta pelo banco Aymoré. A instituição narrou que firmou contrato de financiamento de um veículo na modalidade de alienação fiduciária, mas que a cliente-fiduciante deixou de pagar algumas parcelas.

### ACESSÓRIOS

Em primeira instância, o juiz declarou rescindido o contrato e tornou definitivo o domínio do veículo em favor do banco, ao qual já havia restituído o bem por meio de decisão liminar. Todavia, o magistrado autorizou que a cliente retirasse os aparelhos de adaptação veicular e o dispositivo para pagamento eletrônico de pedágio.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reformou parcialmente a sentença por considerar que os itens de adaptação para deficientes, por se classificarem como acessórios, deveriam acompanhar o bem principal. Contudo, o tribunal paulista determinou a retirada do dispositivo de pedágio, por entender que ele se enquadrava no conceito de pertencentes.

A cliente recorreu ao STJ sob o fundamento de que ela havia comprado os equipamentos e que eles não podem ser considerados acessórios veiculares, pois seu funcionamento não depende de um carro específico.



### PERTENCENÇAS

O ministro relator, Luis Felipe Salomão, explicou que os bens enquadrados no conceito de pertencentes não são, em regra, considerados como integrantes do bem principal, a não ser que haja imposição legal ou manifestação das partes no sentido de concordar que a pertença siga o

destino do bem principal negociado.

Segundo ele, situação diferente ocorre, por exemplo, com os pneus do carro, “estes partes integrantes, cuja separação promoveria sua destruição ou danificação, devendo, portanto, seguir o destino do principal”.

Dessa forma, o relator entendeu que os equipamentos de adaptação deveriam ser considerados como pertencentes, inclusive porque foram adquiridos pelo condutor em momento posterior ao registro da garantia fiduciária.

### SOLIDARIEDADE

Ao votar pelo provimento do recurso da cliente, Salomão também destacou a necessidade de respeito às normas estabelecidas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15), destinada a assegurar o exercício dos direitos e liberdades fundamentais desse grupo.

“Ressalte-se que a recente legislação é expressão da solidariedade social apresentada na Constituição Brasileira de 1988, seguindo a mesma linha de outras nações, abandonando a exclusiva visão assistencialista sobre grupos mais vulneráveis, seja em razão da idade, condição física ou psíquica, privilegiando, ao revés, ações que permitam aproximar a rotina desses cidadãos à rotina dos não vulneráveis, tais como a independência de ir e vir, coroada pela possibilidade de condução de automóveis”, concluiu o ministro.

Salomão comentou ainda que a retirada dos equipamentos de adaptação facilitaria futuro investimento da deficiente em outro veículo, pois eles correspondem a mais de 50% do valor do carro usado retomado pelo banco. Citando precedente do ministro Pádua Ribeiro, afirmou que a manutenção dos equipamentos no veículo, por outro lado, acarretaria o enriquecimento sem causa do credor.

## Morte por embriaguez exclui pagamento de seguro

Algumas seguradoras oferecem indenização em caso de morte do segurado. Porém, o pagamento não é autorizado em alguns casos como, por exemplo, se no momento do acidente o motorista estiver sob efeito de álcool.

Com essa prerrogativa, a justiça do Mato Grosso do Sul negou o recurso de familiares de um motorista que faleceu em decorrência de acidente de trânsito em 2013, na cidade de Rondonópolis, em Mato Grosso.

Na decisão, o desembargador Guiomar Teodoro

Borges lembra que o exame toxicológico atestou presença de álcool em concentração de decigramas por litro de sangue muito superior ao limite permitido, configurando agravamento de risco.

Segundo o parecer, ao dirigir embriagado o motorista assume os riscos de suas ações, tornando vulnerável não somente a própria vida, como colocando em risco a vida de terceiros. Vale lembrar ainda que esse risco não se restringe ao álcool, mas estende-se à todas as substâncias psicoativas.



# LEGISLATIVO



## Empresas com cinco ou mais carros poderão ter de adotar plano de prevenção de acidentes

Empresas que operem com cinco ou mais automóveis serão obrigadas a adotar um Programa de Segurança e Redução de Acidentes no Trânsito (Prat). A medida (PLC) 72/2015, proposta pelo deputado Gilney Viana (PT-MT), chegou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e aguarda designação de relator para que seja iniciada a análise.

A exigência do Prat valerá para órgãos e empresas públicas e também para empresas privadas. O programa pode ser

desenvolvido individualmente ou em consórcio.

Na justificativa do projeto, Gilney Viana afirma que o número de acidentes envolvendo automóveis no Brasil é alarmante. De acordo com o relatório publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2013, mais de 41 mil pessoas morreram em acidentes de trânsito no Brasil.

Segundo o parlamentar campanhas educativas e a discussão do tema são medidas que precisam ser complementadas, sendo

necessárias ações mais eficazes.

“O Prat, assim como outras ações que tenham esse viés, são uma forma concreta de o poder público intervir nessa questão nacional e internacional, que é a própria luta pelo direito à vida”, argumenta o deputado na justificativa da proposta.

O projeto estabelece um prazo de 90 dias depois da publicação da lei para que o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) fixe instruções sobre o conteúdo mínimo e as formas de controle, elaboração e execução do programa.

## Rejeitado programa que financia carteira de motorista a pessoas de baixa renda

A Comissão de Finanças e Tributação rejeitou projeto de lei que visa instituir o Programa Nacional Social de Habilitação Profissional de Condutores de Veículos, que visa permitir que pessoas de baixa renda possam tirar a carteira de habilitação gratuitamente.

De autoria do ex-deputado Alexandre Toledo, o projeto (PL 5888/13) prevê que o programa seria financiado com recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset).

O parecer do relator, de-

putado João Gualberto (PSDB-BA), foi pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do projeto e do substitutivo da Comissão de Viação e Transporte.

Segundo o relator, ambas as proposições (projeto e substitutivo) preveem aumento da despesa pública sem trazer a estimativa dos impactos orçamentários, bem como de sua compensação.

A rejeição nesta comissão tem caráter terminativo e, assim, a proposta, de caráter conclusivo, será arquivada, caso

não haja recurso aprovado para que sua tramitação continue pelo Plenário.



## BAFÔMETRO Motorista que faz o teste deve receber documento que comprove o resultado

A Comissão de Viação e Transportes aprovou proposta que obriga os agentes de trânsito a entregar aos motoristas submetidos a testes com equipamentos – como o etilômetro, que mede o nível de álcool no sangue, popularmente chamado de bafômetro – um documento que comprove o resultado do teste e o número de identificação do equipamento.

A proposta também estabelece que os documentos que atestem a regularidade dos equipamentos usados na fiscalização devem estar disponíveis para consulta dos motoristas nas unidades dos órgãos de fiscalização e também nas páginas que esses órgãos mantêm na internet.

O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Hugo Leal (PSB-RJ), para o Projeto de Lei 3902/15, do deputado Celso Jacob (PMDB-RJ). O substitutivo inclui as alterações no Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97). O texto original previa apenas a divulgação, pelos Detrans dos estados e do Distrito Federal, de informações sobre a validade e regularidade dos etilômetros, popularmente conhecidos como bafômetros.

Leal concordou que a regularidade do equipamento é imprescindível para a validade do teste e do auto de infração. O relator, no entanto, propôs um substitutivo por entender que existem outros equipamentos que precisam de certificação, como medidores de velocidade e de ruído, e há também outros órgãos fiscalizadores que devem divulgar informações sobre os equipamentos, como o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), e o Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (DNIT).

“Estamos propondo um substitutivo que insere no CTB a exigência do comprovante do teste realizado por qualquer equipamento e ainda a necessidade de divulgação por todos os órgãos fiscalizadores das informações básicas que demonstrem a regularidade dos equipamentos usados, a fim de que qualquer cidadão as possa consultar”, explicou.

### TRAMITAÇÃO

O projeto ainda será analisado de maneira conclusiva pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

## Recursos contra multas de trânsito poderão ser feitos pela internet

O senador Zezé Perrella (PTB-MG) apresentou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) um projeto que obriga os órgãos de trânsito (como os Detrans) a disponibilizarem meios eletrônicos para que os recursos às multas possam ser feitos totalmente pela internet (PLS 363/2016).

A proposta altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para que sejam disponibilizados aos internautas sistemas aptos à tramitação de processos de julgamento de autuações e penalidades.

Esses sistemas deverão permitir a reunião, por meio eletrônico, de documentos que fundamentem a defesa dos

proprietários e condutores, inclusive recursos e petições, nos termos de regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

O texto de Zezé Perrella ainda prevê que a nova lei, se aprovada, deverá entrar em vigor 500 dias após sua publicação pelo Diário Oficial.

O senador alega na justificativa que sua intenção é colocar o CTB em sintonia com a era da informação digital, de forma que o cidadão tenha assegurada a apresentação integral de sua defesa, bem como de recursos e documentos comprobatórios, pela internet, além de acompanhar o andamento do processo.

# Causa de muitos acidentes, o ofuscamento pode ser evitado.

**Estatísticas mostram que 5% dos acidentes de trânsito são causados por ofuscamento principalmente no nascer e por do sol**

Ofuscamento é uma cegueira momentânea causada pelo excesso de luz em nossos olhos. A vista humana pode levar até sete segundos para se recuperar de um ofuscamento. Um veículo, a uma velocidade de 80 km/h, poderá percorrer até 155 metros antes que seu condutor recupere a visão plena. Um risco para a condução.

Uma das principais formas de ofuscamento é aquela causada pela incidência direta de raios solares. Essa incidência de luz ocorre geralmente no início da manhã e no final da tarde, quando o sol está muito próximo do horizonte.

A primeira dica é o uso de óculos de sol, pois ele reduz a fadiga ocular, o risco de ofuscamento e a cegueira temporária. No entanto, 20% dos motoristas não usam sempre o acessório.



## ONSV alerta para as 10 principais causas de acidentes nas vias e rodovias

Ocorrências derivam de três fatores: humano, veicular e vias; compromisso com a condução segura é fundamental para evitá-las

A segurança no trânsito é fundamental. Ninguém, quando sai de casa para cumprir um compromisso, utilizando qualquer modal de transporte, ou mesmo se estiver a pé, pensa ser vítima de um acidente de trânsito. Mas eles acontecem em número expressivo nas vias e rodovias do país. Não adotar comportamentos que ponham em risco a sua vida, a de outros motoristas, de passageiros e de pedestres deve ser meta de cada um.

Tanto quanto isso, porém, alguns outros fatores interferem na condução segura. A manutenção do veículo e as condições das vias influenciam sobremaneira a ocorrência de acidentes. Desse modo, é possível concluir que eles derivam de três fatores: humano, veicular e vias.

Firme em seu propósito de contribuir para a redução de ocorrências de trânsito que em 2014, segundo dados do DataSUS, tiraram a vida de apro-

### VEJA OUTRAS:

- 1) O para-sol deve sempre ser extensível e dobrável e ser usado apenas em momentos específicos de grande brilho, pois reduz o campo de visão.
- 2) Use óculos polarizados com cristais e de cor esverdeada, cinza ou marrom.
- 3) Se houver o ofuscamento, o condutor deve reduzir a velocidade e nunca realizar paradas bruscas.
- 4) Se o condutor estiver dirigindo na linha de frente do sol, é possível parar e esperar 5 minutos para o sol mudar de direção.
- 5) Para o condutor que estiver dirigindo por muitas horas com a incidência de luz solar, o ideal é fazer paradas regulares para descansar os olhos.
- 6) Ligue sempre a luz baixa, se o veículo não tiver luzes diurnas (LCD) – dessa forma você percebe melhor quem se aproxima, além de ser visto a uma distância maior.
- 7) O condutor nunca deve dirigir com óculos de sol à noite ou em áreas escuras ou túneis.
- 8) Ir anualmente no oftalmologista também é uma dica de segurança.

ximadamente 44 mil pessoas, o OBSERVATÓRIO alerta para as 10 principais causas de acidentes no trânsito brasileiro.

### FATOR HUMANO:

- Excesso de velocidade.
- Beber e dirigir.
- Combinação celular/direção.
- Não usar setas que indicam as intenções de manobras.
- Não guardar distância do veículo que vai à frente.

### FATOR VEICULAR:

Deixar de fazer a manutenção regular no veículo (com atenção especial aos pneus, freios, faróis, lâmpadas, luzes, limpadores de para-brisa, vela, filtros, correia dentada, radiador, sistema elétrico e combustível).

### VIAS:

- O estado de conservação.
- As condições da sinalização.
- A falta de acostamento.
- A falta de passarelas.



## Regras de trânsito para o transporte de animais

É muito comum ver os cães com a cabecinha para fora da janela do carro. Embora eles gostem desse ventinho no rosto, o hábito é bastante perigoso para o animal.

Com intuito de proteger o bicho contra eventuais acidentes o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) insere infrações de média a grave para os motoristas, além da possibilidade de multas. Os tutores também não estão autorizados a dirigirem com os seus cães sentados à esquerda, no colo ou nas partes externas do veículo.

O alerta é válido principalmente para as pessoas que permitem que o peludo viaje com a cabeça para fora do carro. Segundo o artigo 169 do CTB a multa para esses casos é de R\$ 53,20 e três pontos na carteira. Pessoas que enquanto dirigem mantem o animal no colo ou do lado esquerdo podem ser multadas em R\$ 85,13.

### Como passear de carro com o seu cachorro de forma segura?

Use sempre proteção.

Nunca ande de carro com seu pet sem nenhum tipo de cinto ou proteção, principalmente se estiver dirigindo sozinho. Use caixas, cadeiras apropriadas ou cinto de segurança.

Em lojas especiais para pets existem esses equipamentos ideais para o transporte do bicho. Quando tiver alguém no carro, o carona pode leva-lo colo, sem problema algum.

O transporte correto do animal é importante não só para evitar multas, como também

previne situações mais graves caso ocorram imprevistos, como freadas bruscas ou colisão.

### Riscos ao transportar o animal solto

É sempre importante alertar os riscos de deixar o animal sem nenhum tipo de proteção dentro do carro, como:

- O motorista pode ficar preocupado com o animal que está sozinho atrás e desatentar-se do trânsito;
- Por algum motivo o animal pode atrapalhar o motorista ao dirigir e até mesmo provocar um acidente;
- Os animais costumam gostar de receber ar fresco na janela, porém o costume que agora está sujeito à multa, além de ser perigoso para a integridade física do bicho.

### Quais medidas de segurança devem ser usadas?

- Cães de pequeno porte podem usar um cinto peitoral, que é adaptado para ser preso junto ao cinto. Esses objetos são encontrados facilmente em pet shops
- Cachorros grandes podem ser transportados na carroceria do carro, devidamente alojado dentro de uma caixa do seu porte. Jamais prenda o animal com cordas, pois pode provocar enforcamento;
- Os gatos a melhor opção seria a tradicional caixa de transporte, assim eles se sentem mais seguros e protegidos, sem risco de se ferirem.



## Pesquisa CNT aponta 58,2% das rodovias com problemas

A 20ª edição da Pesquisa CNT de Rodovias constatou que, dos 103.259 km analisados, 58,2% apresentam algum tipo de problema no estado geral, cuja avaliação considera as condições do pavimento, da sinalização e da geometria da via.

Em relação ao pavimento, 48,3% dos trechos avaliados receberam classificação regular, ruim ou péssimo. Na sinalização, 51,7% das rodovias apresentaram algum tipo de deficiência. Na variável geometria da via foram constadas falhas em 77,9% da extensão pesquisada.

De 2015 para 2016, houve aumento de 26,6% no número de pontos críticos (trechos com buracos grandes, quedas de barreiras, pontes caídas e erosões), passando de 327 para 414. De acordo com a pesquisa, somente os problemas no pavimento geram um aumento médio de 24,9% no custo operacional do transporte. O estudo da CNT e do SEST SENAT abrange toda a extensão da malha pavimentada federal e as principais rodovias estaduais pavimentadas.

A má qualidade das rodovias é reflexo de um histórico de baixos investimentos no setor. Em 2015, o investimento federal em infraestrutura de transporte em todos os modais foi de apenas 0,19% do PIB (Produto Interno Bruto). O valor investido em rodovias (R\$ 5,95 bilhões) foi quase a metade do que o país gastou com acidentes apenas na malha federal (R\$ 11,15 bilhões) em 2015. Já em 2016, até setembro, dos R\$ 6,55 bilhões autorizados para investimento em infraestrutura rodoviária, R\$ 6,34 bilhões foram pagos.

“Essa distorção nos gastos públicos tem causado graves prejuízos à sociedade brasileira, desde o desestímulo ao capital produtivo,

passando pelas dificuldades de escoamento da produção até a perda de milhares de vidas”, avalia o presidente da CNT, Clésio Andrade.

A CNT calcula que, para adequar a malha rodoviária brasileira, com obras de duplicação, construção, restauração e solução de pontos críticos, seriam necessários investimentos de R\$ 292,54 bilhões.

A etapa de coleta da Pesquisa CNT de Rodovias 2016 durou 30 dias (de 4 de julho a 2 de agosto). Os resultados são apresentados por tipo de gestão (pública e concessionada), por jurisdição (federal e estadual), por região e por unidade da Federação. O estudo avalia também os corredores rodoviários, que unem dois ou mais polos de atração econômica com denso fluxo de tráfego de veículos; apresenta análises socioeconômica e ambiental e traz o ranking de qualidade de 109 ligações rodoviárias pesquisadas. Há ainda informações sobre infraestrutura de apoio e resultados por rodovia.

De acordo com Clésio Andrade, “os dados indicam a necessidade de elevação de investimento, de priorização de projetos de transporte e de modernização da infraestrutura rodoviária”. Ele avalia que o estudo se consolidou como relevante instrumento gerencial para os transportadores, assim como referência para o planejamento de investimentos públicos e privados em todo o país.

### SAIBA MAIS:

Para acessar os dados completos (relatório geral e por unidade da Federação, galeria de fotos, edições anteriores e ranking das melhores e piores ligações rodoviárias), acesse o site [pesquisarodovias.cnt.org.br](http://pesquisarodovias.cnt.org.br).

## EXAME TOXICOLÓGICO em caminhoneiros faz acidentes reduzir em mais de 38% nas estradas federais

A obrigatoriedade do exame toxicológico para motoristas profissionais, implantada há apenas seis meses, já conseguiu reduzir em mais de 38% o número de acidentes nas estradas federais de todo o País.

A medida também fez com que mais de 230 mil motoristas profissionais mudassem de categoria ou não renovassem sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (20) pelo Instituto de Tecnologia para o Trânsito Seguro (ITTS) em balanço sobre os seis meses da obrigatoriedade do exame.

A obrigatoriedade do exame toxicológico para motoristas com CNH nas categorias C, D e E tornou-se uma norma pela Lei Federal 13.103/15 já devidamente regulamentada pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e pelo Ministério do Trabalho. Ela passou a valer de 2 de março deste ano para a emissão e renovação da CNH, na pré-admissão e no desligamento de motoristas profissionais de todo o País.

Sua adoção foi a primeira medida para combater o uso de drogas por condutores, desde que o Código de Trânsito Brasileiro entrou em vigor, em janeiro de 1998. Ela define que o motorista faça uma renovação da carteira de 60 em 60 meses, determinação essa que vai cair para 30 meses em 2018.

### BALANÇO

Nos seis meses de vigência da lei, foram testados cerca de 650

mil profissionais no País. Apenas profissionais do Tocantins e de Mato Grosso do Sul não estão fazendo os exames, resguardados por liminares.

A taxa de positividade ficou em torno dos 9% para os motoristas candidatos a emprego em regime de CLT (Confederação das Lei do Trabalho) e em 2,5% para os motoristas que renovaram suas carteiras de habilitação.

Segundo o instituto, neste último grupo, o baixo índice está diretamente relacionado ao fato de que mais de 33% dos condutores profissionais não renovaram suas carteiras ou migraram para categorias em que o exame não é exigido.

### POLÍCIA FEDERAL

Estudo desenvolvido em paralelo pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) constatou que, de março a julho deste ano, comparativamente a igual período do ano passado, o número de acidentes envolvendo caminhões nas estradas federais do país diminuiu de 18 mil para 11 mil, o que dá uma redução de 38%.

Para Márcio Liberbaum, presidente do Instituto de Tecnologia para o Trânsito Seguro, a eficácia da lei é “absolutamente inequívoca” e muito bem demonstrada com essa fuga da renovação ou da classificação por categoria. “Essa positividade escondida vai ser pedagógica para os 90% dos motoristas que ainda não fizeram o exame. Eles vão perceber que têm de mudar de comportamento se quiserem continuar a exercer a sua profissão.”





## CARTAS

### BOM EXEMPLO

Ontem, voltando pra casa, pude observar um motociclista parando seu veículo na rua para que uma senhorinha, que parecia aguardar há um tempo, empunhando um guarda-chuva amarelo, pudesse finalmente atravessar a via. A cena me causou surpresa. Nessa toada também parei o carro e esperamos pela travessia segura daquela senhora. Parabenizei o motociclista. Ele sorriu e acenou. A vida seguiu seu curso. Em paz. Agradeço por ter presenciado e aprendido com esse momento. Há motivos para acreditar!

**Nádia Bronze – Campo Grande/MS**

### SEMPRE

A lei dos faróis voltou e eu continuei acendendo eles no período de suspensão. Sabe, o povo tem que colaborar mais, ajudar mais. Não podemos fazer apenas o que nos ordenam, mas sim dar um passo a mais e termos uma direção mais responsável

**Juliah Alfredo – São José/SC**

### CONFORTO

Por que eu vou ir de transporte público em vez de ir de carro próprio para o trabalho? Só se tiver conforto. Parece arrogância minha, mas esse é o fato. A iniciativa da prefeitura de Curitiba em implantar o ônibus híbrido com uma série de itens confortáveis (wi-fi, ar condicionado e silencioso) é um incentivo ao transporte público.

**Juliana Martins – Florianópolis/SC**

### PESCOÇO

Está na internet é verdadeiro. A frase é usada como deboche para as pessoas que acreditam em tudo que é publicado no Facebook. A nova moda é o encosto para o pescoço ser um item que pode quebrar o vidro do carro. Na maioria dos casos, se alguém conseguir retirar o encosto já será um vitorioso.

**Ronald Pereira – Joinville/SC**

### CELULAR

Ao ler a reportagem sobre o uso do celular no trânsito, fiquei reflexivo. 51,8% das pessoas usam o celular ao dirigir. Imagino que a outra metade só não usa porque não tem o costume de usar com frequência. Mas todos os jovens infelizmente devem ter essa tendência. O que será do trânsito daqui alguns anos? Tenho medo do que possa acontecer.

**Laura Lima – Campo Grande/MS**

### APLICATIVO

Tem tanta porcaria sendo compartilhada, porque não vemos as pessoas divulgarem esse aplicativo, o Trekken. Ideia maravilhosa o incentivo a uma direção responsável e o alerta para onde estamos errando. Um aplicativo gratuito que todo motorista deveria ter. Eu já vou instalar no meu celular.

**José Maria – Porto Alegre/RS**

### BEBIDA

Motorista que dirige bêbado é bandido. Tem que tirar a carteira mesmo e multar com vontade. Já vi muitas pessoas terem a vida ceifada por causa de pessoas imprudentes que pensam que podem tudo. A responsabilidade ao dirigir deve ser um dever de todo o cidadão.

**João Silveira – São Paulo/SP**

### GOVERNO

Belas palavras doutor José Roberto Dias. Independente de preferência política, devemos todos estar na torcida para que o novo governo toque nas feridas da sociedade com inteligência. Basta a quantidade de mortes no trânsito. Devemos todos juntos estar apoiando o novo governo.

**Armínio Ricardo – Brasília/DF**

### INTEGRAÇÃO

Ótima a iniciativa das prefeituras para melhorar o transporte coletivo da Grande Florianópolis. Infelizmente eu acho que foi tarde essa reunião. Faltando dois meses para acabar os mandatos dos prefeitos, não imagino que um encontro como esse terá êxito em suas decisões. Torço para estar errado.

**Ramon Becker - Palhoça/SC**

### PORTUNHOL

Realmente os Hermanos invadiram nossa cidade. Para eles será bom, para nós é uma oportunidade de superarmos a crise. Sabemos que essa invasão argentina também trará alguns problemas, mas com boa vontade todos nós podemos ter vantagens.

**Camila Silva – Florianópolis/SC**



© LUÍS BRÜEH / HUD JUSTINO 2016

DIRIGIR COM FAROL DESLIGADO EM RODOVIA É INFRAÇÃO MÉDIA E GERA MULTA DE R\$ 85,13. POR MENOS CARROS INVISÍVEIS EM NOSSAS ESTRADAS: LIGUE O FAROL DE SEU CARRO.

# Agenda Positiva – PONTO CEGO

Veza por outra quando está dirigindo, mesmo com toda a atenção e tomando todo o cuidado, você se surpreende quando um veículo que não havia visto passa por seu veículo, e a pergunta é inevitável: de onde veio esse carro, (moto ou bicicleta)? Isso se deve ao ponto cego de seu veículo que está, também, presente em qualquer outro.

Simplificando, ponto cego são áreas em que o motorista fica sem a visibilidade em torno do veículo. São tão importantes quando se trata de evitar acidentes de trânsito que o OBSERVATÓRIO Nacional de Segurança Viária – ONSV orientará sobre o tema em sua

participação no 29º Salão Internacional do Automóvel de São Paulo, que acontecerá de 10 a 20 de novembro, no Expo São Paulo, na Capital.

Algumas atitudes bastante simples, porém capazes de salvar vidas, podem minimizar essas áreas de risco. Uma delas é o ajuste dos retrovisores. Sente-se corretamente no banco com os pés

alcançando o volante e com os joelhos semiflexionados, com as costas eretas e com os



punhos alcançando o volante e, então, ajuste o retrovisor interno de modo a que seja possível visualizar através dele

to cego, mas, na maioria das vezes é impossível eliminá-lo completamente. Por isso, é importante sinalizar sempre

a maior parte do vidro traseiro.

Depois disso, alinhe os retrovisores externos de maneira a que através dele consiga enxergar mais a via do que do próprio carro, e o ajuste até que seu próprio veículo saia de seu campo de visão.

Essas atitudes vão colaborar para a redução do pon-

to cego, mas, na maioria das vezes é impossível eliminá-lo completamente. Por isso, é importante sinalizar sempre que for mudar de faixa, por exemplo. Também sempre olhe mais de uma vez para certificar de que não haverá outro veículo, ou mesmo um pedestre.

No trânsito, os motociclistas devem dobrar a atenção para evitar acidentes cujas causas estão relacionadas aos pontos cegos. Ao trafegar na lateral de um veículo, o motociclista deve tentar enxergar a imagem do motorista no retrovisor. Este é o melhor indicador de que não está na área do ponto cego.

Se cada um fizer a sua parte, teremos um trânsito mais seguro.



## ESPAÇO LIVRE

Giuliana Pompeu \*

## Tomou uma fina? Saiba como denunciar esse crime e processar o motorista

O Portal Bike é Legal já recebeu inúmeras denúncias de ultrapassagens imprudentes cometidas por motoristas de ônibus ao redor do Brasil. A prática da “fina educativa” é contra a lei e coloca em risco a vida do ciclista. Mas para além dos depoimentos nas redes sociais, existem ações concretas que usam a força da lei para reeducar um motorista que teve tal conduta.

O leitor Marcelo Cajui passou por um caso semelhante, onde sofreu uma sequência de finas de um motorista de ônibus que tentou ultrapassá-lo perigosamente na Avenida Dom Pedro II, na cidade de Santo André-SP. O ocorrido foi no ano passado, em 2015, mas a denúncia feita ao Ministério Público na época, recentemente deu resultado e virou processo criminal contra o motorista. O processo agora está em juízo, passando pelos trâmites necessários. É possível que a sentença seja uma medida educacional, como a exigência de um curso de bom convívio no trânsito.

Marcelo achou legal compartilhar o texto que escreveu para protocolar a denúncia com a gente, quase como um modelo que pode servir de base para denúncias que outros ciclistas queiram fazer. Abaixo, você confere a íntegra do documento entregue ao MP:

“ Exmo. Sr. Promotor de Justiça,

Marcelo Grejio Cajui, solteiro, publicitário, portador do documento de identidade de número XXXXX, residente e domiciliado na rua XXXXX, São Paulo-SP, vem oferecer representação contra a empresa XXXXXX, e expor os seguintes fatos:

1º No dia 22/05/2015, por volta das 10:30 enquanto voltava de bicicleta da fisioterapia em Santo André, pela avenida Dom Pedro II, altura do número 1300, o motorista da linha XXXXX da empresa citada me pressionou ostensivamente afim de forçar a ultrapassagem, colocando o ônibus a menos de um metro de distância da roda traseira da bicicleta, o motorista acelerava e brecava, jogando a dianteira e retrocedendo. Continuei seguindo conforme especificado pelo CTB no Caput III, Art. 29, Inciso II. O motorista persistiu com a postura, eu sinalizei para que me ultrapassasse pela pista da esquerda, com brutalidade ele ultrapassou sem preservar minha integridade física, a poucos palmos de distância, antes de completar a ultrapassagem perigosa jogou o veículo bruscamente para direita, me obrigando a brecar, e se não fosse por isso haveria uma colisão, o motorista perdeu o controle da direção mas consegui desviar de uma escada que estava com a base fixada na avenida, onde um trabalhador fazia a manutenção da rede aérea telefônica, na esquina com a rua Aroeiras.

2º Ultrapassei o veículo e estacionei a bicicleta na frente dele para fotografar a placa e o motorista, também chamaria alguma autoridade que o autuassem. Antes de tirar o telefone celular da mochila, o motorista cometeu outra atitude de risco, subiu em cima da calçada de frente da clínica Baro Litho, nº XXX- tel. XXXXXX. Na ocasião havia uma senhora e outras duas pessoas paradas no local. As recepcionista, da clínica Baro Litho, testemunharam o fato.

3º O ônibus prosseguiu pela avenida até parar em um ponto, novamente me dirigi à ultrapassá-lo, impedindo que ele seguisse. Fotografei a placa e a

série da linha. Enquanto eu ainda estava parado o motorista continuou a acelerar o veículo jogando contra o meu corpo, deixei que ele seguisse, o acompanhei até encontrar o 4º Distrito policial de Santo André, na rua Catequese. Durante minha denúncia o escrivão podia ver o ônibus parado no semáforo, solicitei a abertura de um B.O, no entanto ele me disse que não poderia, pois não havia dolo, nem crime, e o boletim de ocorrência é feito apenas para atos criminais. Sem registrar a ocorrência, liguei para a XXXXX e abri queixa, também abri queixa pelo site da empresa XXXX, ambas respostas encontram-se anexadas junto à esta denúncia.

4º A decisão do caso cabe ao MP, no entanto solicito a análise sobre a empresa XXXXXX ser obrigada a contratar, ou elaborar um curso de reciclagem para motoristas de ônibus frente ao novo convívio com os ciclistas urbanos. Deixo exposta a informação que já existem cursos do tipo.

Diante do exposto, considerando que os fatos acima narrados caracterizam, em tese, crimes das leis de trânsito, atentado a integridade física, desrespeito a pessoa humana e despreparo profissional, requer-se ao Ministério Público que sejam tomadas as providências cabíveis.

São Paulo, 02, Junho, 2015

Marcelo Grejio Cajui”

\* Estudante de jornalismo na Faculdade Cásper Líbero e repórter no Portal Bike é Lega.

# PRF e Maio Amarelo inauguram monumento na BR-470 em Blumenau para homenagear vítimas do trânsito

Emoção, saudade e conscientização marcaram a inauguração do Memorial à Vida ao lado do posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF) na manhã do dia 20 de novembro em Blumenau. O monumento é uma iniciativa da PRF de Blumenau em parceria com o movimento Maio Amarelo para marcar o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trânsito, celebrado no terceiro domingo de novembro desde 2005.

O monumento — uma placa de mármore de uma tonelada e meia em que está gravada uma oração — foi concebido por meio de doações de empresas e cidadãos que apoiam os movimentos. O local foi escolhido para que a homenagem pudesse ficar ao lado da unidade da polícia e também para lembrar as vidas perdidas na BR-470. De acordo com o levantamento feito pelo Santa, desde o ano 2000 os acidentes mataram 1.762 pessoas no trecho da



rodovia federal que corta o Vale do Itajaí — de Navegantes a Pouso Redondo. Só neste ano foram 67 mortes.

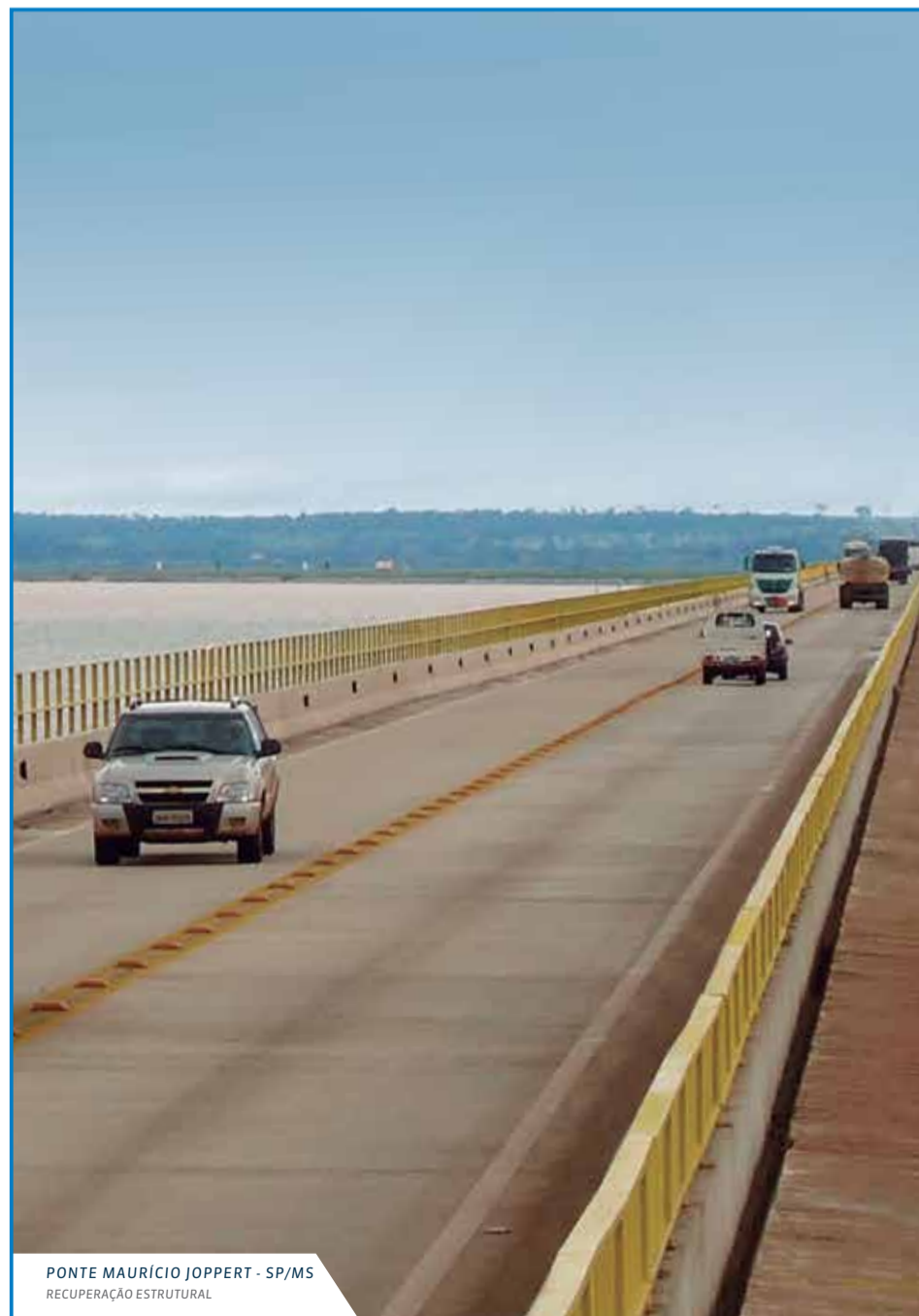
De acordo com a coordenadora do Maio Amarelo em Santa Catarina, Márcia Pontes, a intenção ao construir um memorial para as vítimas do trânsito é

conscientizar os motoristas para reduzir a ocorrência de acidentes. Durante a inauguração, que contou com a presença da PRF, Polícia Militar Rodoviária, Polícia Civil, Bombeiros, Samu, agentes de trânsito, Escola Pública de Trânsito e grupos de ciclistas, motociclistas e

pedestres, entre outros membros da sociedade civil organizada, ocorreu uma abordagem educativa em que os motoristas assistiram a um vídeo de um minuto sobre a importância de prevenir os acidentes. Segundo Pontes, esta ação deve se repetir outras vezes, principalmente durante os meses do verão, quando o tráfego tradicionalmente aumenta.

“Cada pessoa que foi parada deixou um contato para receber o vídeo e repassar para as pessoas que conhece, com isso nós vamos criando uma rede de conscientização e difundindo essa informação, porque trânsito é comportamento e nós precisamos mudar a atitude das pessoas”, afirma.

O Memorial à Vida ficará instalado no Km 53 da rodovia BR-470 e será iluminado com a cor amarela durante a noite para chamar a atenção dos motoristas para a importância da direção consciente e da prevenção de acidentes.



PONTE MAURÍCIO JOPERT - SP/MS  
RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL

## O valor da mobilidade que a gente recupera e todos se beneficiam.

Realizar as obras de recuperação da Ponte Maurício Joppert, uma das mais importantes ligações entre São Paulo e Mato Grosso do Sul, é motivo de orgulho para a **Concrejato Obras Especiais**.

Reconstruímos e revitalizamos a estrutura da ponte, fazendo a substituição do piso existente por um novo de concreto armado, com um acabamento que proporciona mais conforto ao usuário. Além disso, realizamos o tratamento e a execução de novos gradis metálicos e recuperamos as estruturas submersas.

Com a força transformadora da engenharia, reafirmamos o nosso compromisso com a mobilidade e o bem-estar da nossa sociedade.



concrejato.com.br